

# Ligação perigosa: mídia e poder num cenário de disputas

## Dangerous bond: media and power in a disputes scenario

### **Antenor Ferreira Mendes Neto**

FIAM-FAAM - Centro Universitário  
São Paulo, SP, Brasil.

Resenha de **Jornalismo e Poder Legislativo: relações entre mídia e política no Brasil**, organizado por **Zélia Leal Adghirni**.

## Resumo

Com o objetivo de aprofundar os estudos acerca do binômio “mídia e poder” no Brasil, a coletânea *Jornalismo e Poder Legislativo* reúne contribuições de pesquisadores que têm como o foco de suas investigações as relações entre política e comunicação pública. Em suma, os textos discutem, a partir de perspectivas variadas, o fenômeno da mídia das fontes, seu surgimento, os meandros de seu funcionamento e seu impacto no processo de reformulação da atividade jornalística e do perfil profissional. O livro parte de um cenário de mudanças estruturais ocorridas na profissão, entendendo as mídias legislativas como sintoma desse complexo de transformações.

## Abstract

In order to deepen the studies about the media and power binomial in Brazil, the *Jornalismo e Poder Legislativo* [Journalism and Legislative Branch] collection brings together researchers who focus their investigations on the relations between politics and public communication. In short, the texts discuss, from various perspectives, the media phenomenon of the sources, its emergence, the intricacies of its functioning and its impact on the process of reformulation of journalistic activity and professional profile. The book starts from a scenario of structural changes that occurred in the profession, understanding the legislative media as a symptom of this complex of transformations.

## Palavras-chave

jornalismo; Poder Legislativo; mídia das fontes; identidade; perfil profissional.

## Keywords

journalism; legislative branch; media of the sources; identity; professional profile.

A relação entre jornalismo e política não é um fenômeno recente, sendo possível verificá-lo em vários momentos da história. Já em 1919, num texto intitulado “A política como vocação”, Max Weber (1999, p. 80) incluía o jornalista na categoria dos “políticos profissionais”, figurando como um dos mais notáveis “representantes da demagogia”. Da imprensa predominantemente partidária da primeira metade do século XIX, às iniciativas jornalísticas contemporâneas que flertam com o ativismo, mídia e política convivem num clima de consensos e disputas, dando forma e sentido a um panorama complexo em que campos, em princípio, distintos, se cruzam no espaço social. É a partir da análise de algumas dessas imbricações que surge o livro *Jornalismo e Poder Legislativo: relações entre mídia e política no Brasil*, publicado em 2015, pela Editora Appris.

A obra é organizada por Zélia Leal Adghirni, professora associada da Universidade de Brasília (UnB), na qual ingressou em 1991. Também jornalista, ela apresenta, em seu currículo, vasta experiência na imprensa, tendo exercido a profissão durante cerca de 20 anos, no Brasil, na França e no Marrocos, passando por veículos como *O Estado de S. Paulo*, *Zero Hora*, *Coojornal*, dentre outros. Atualmente, dedica-se a pesquisas acerca das mudanças estruturais no jornalismo, com especial atenção à identidade do profissional da área.

O livro é formado por oito capítulos, distribuídos em duas partes, as quais, na nossa leitura, podem ser entendidas a partir de dois eixos teóricos basilares, que exploraremos mais adiante. Antes, vale um breve resumo de cada seção. Na primeira, “Quando o jornalismo se insere no Poder Legislativo”, tal como o título sugere, discute-se a atuação dos jornalistas nas mídias legislativas. Questões referentes aos sujeitos, como construção identitária e perfil profissional, e o próprio papel do jornalismo nesses espaços são pontos observados. Na segunda parte, intitulada “Quando o Poder Legislativo ecoa no jornalismo”, verifica-se de que forma

e com quais aspectos a esfera política aparece na cobertura da imprensa comercial, trazendo para o centro da análise o conteúdo e as rotinas de produção noticiosa.

A maior parte dos textos resulta de teses e dissertações apresentadas no programa de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB). A pertinência do tema naquela instituição não é fruto do acaso. Adghirni (2015, p. 7) lembra que a UnB, situada no meio do Planalto Central, nasceu com “vocação para pensar as relações entre política, comunicação e sociedade”. Por conta disso, desde os anos 1960, são gerados dezenas de trabalhos acadêmicos discutindo o binômio mídia e poder. Para trazer esta discussão na obra tratada, a organizadora contou com a participação de nove pesquisadores. São eles: Heloiza Matos, Rogério Mozart Dy La Fuente Gonçalves, Cristiane Brum Bernardes, Antônio Teixeira de Barros, Silvia Mugnatto Macedo, Pedro Aquino Noletto Filho, Iara Farias Borges, Malena Rehbein e Liziane Guazina.

Podemos entender como o lastro reflexivo do livro o fenômeno da “mídia das fontes”, trazido a público por Francisco Sant’Anna (2005). Segundo o autor, trata-se de novos veículos informativos ofertados por organizações profissionais, sociais ou por segmentos do poder público. São grupos administrados por quem, até então, limitava-se a desempenhar o papel de fontes de informação. Este conceito é caro aos autores, pois é o centro do arcabouço teórico do qual provém suas análises.

## O “jornalismo das fontes” num cenário de transformações

Pensar em “jornalismo das fontes” é tratar de um contexto de diversidade midiática, em que múltiplas vozes despontam e outras se atualizam, decorrentes de um complexo de transformações sociais, econômicas e tecnológicas. A título de exemplo, podemos citar: mudanças no mercado de trabalho, que tem ori-

gem na reestruturação do capital e no conseqüente imperativo da flexibilidade, conduzindo à precarização e instabilidade empregatícia; o discurso da convergência e o impacto no processo produtivo, na sobrecarga de tarefas a partir da exigência de um profissional polivalente, que exerce múltiplas funções; a difusão das novas tecnologias e as possibilidades de empoderamento comunicacional oferecidas pela internet, etc. Nesse sentido, logo no primeiro capítulo – “Alternativas ao papel mediador do jornalismo e o Poder Legislativo” –, Matos (2015, p. 29) aponta como a rede possibilita o surgimento de novos atores jornalísticos, “rompendo com a conservadora ideia de que apenas os jornalistas profissionais teriam mandato para tanto”. As mídias legislativas, como uma dessas manifestações, passam a interferir no processo de construção de notícia e na formação do imaginário coletivo (Sant’anna, 2006), disputando legitimidade em um sistema historicamente constituído de produção discursiva. Os resultados dessa interferência são questões que o livro busca problematizar.

Um primeiro ponto diz respeito ao próprio tensionamento de fronteiras. O jornalismo, como sabemos, é uma atividade que se constituiu ao longo dos anos como um território relativamente autônomo, com códigos e habilidades específicas, permitindo a construção de um discurso e o estabelecimento de técnicas autorizadas. Os jornalistas, assim, formam um conjunto de atores pertencentes a um campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos particulares, nomeadamente o que é notícia e a sua construção (Traquina, 2012). Nos termos de Pierre Bourdieu (1997), configura-se um espaço social estruturado, um campo de forças onde há dominantes e dominados, e onde as relações de disputas são constantes. É por meio dessas disputas que cada ator define a sua posição e, em conseqüência, suas estratégias.

A primeira parte do livro dialoga mais precisamente com esse eixo teórico ligado à própria constituição do campo, na medida em que os textos, direta ou indiretamente, discutem tensionamentos acerca

de um imaginário hegemônico, dando indicativos de um cenário de fronteiras difusas, em que modelos e procedimentos historicamente constituídos são atualizados. Ou seja, marcas de um espaço de disputas.

Em “Gênese e perfil do jornalista legislativo”, Gonçalves (2015, p. 37) trata da emergência de um novo subgrupo de profissionais, no caso, os “jornalistas das fontes”. O autor ressalta, por exemplo, a resistência da mídia comercial às inaugurações das emissoras de televisão legislativas, provocando afrontas contra o Parlamento, pois foram consideradas “invasão do campo”. É evidente que há, nesse embate, a influência do campo econômico, uma vez que deter o monopólio da cobertura noticiosa, tradicionalmente delegado à chamada grande imprensa, envolve interesses comerciais. O que nos é interessante notar é que a mudança do perfil da atividade jornalística, mais uma vez, tensiona e atualiza leituras e procedimentos constituídos.

A identidade desses jornalistas também é problematizada. No texto “A configuração da identidade profissional dos jornalistas da Câmara dos Deputados”, Bernardes (2015, p. 85) assinala o surgimento de um perfil profissional ambíguo, decorrente de um conflito conceitual que afeta diretamente sua constituição identitária. A autora constata que, nas mídias legislativas, “enquanto alguns se sentem confortáveis em combinar os valores clássicos do jornalismo com a expectativa de serviço público, para outros profissionais isso significa abandonar uma identidade construída ao longo de anos de atuação no meio jornalístico”. Isso significa que tal identidade, ancorada em valores que corroboram a definição de como ser e como estar na profissão (Traquina, 2013), é base para a legitimação do discurso jornalístico. São códigos defendidos tanto pelos profissionais – quando permitem a consolidação do seu lugar de fala autorizado – quanto pelas empresas, pois são valores que, aliados às suas estratégias, lhes autorizam como “serviço de comunicação”.

No capítulo “Comunicação e política nas rádios legislativas: a *Rádio Senado* e a *Rádio Câmara*”, Barros, Bernardes e Macedo (2015, p. 100) mostram

que os veículos legislativos utilizam a publicidade como forma de ampliar e melhorar a imagem pública do parlamento. Entretanto, contrariando o discurso da imprensa liberal, afirmam seus princípios jornalísticos, “mesmo não dispondo da autonomia administrativa e financeira que, em princípio, garantiria a credibilidade das informações prestadas”. Gonçalves (2015, p. 57-58), já mencionado, por sua vez, conclui que, em alguns casos, os jornalistas consideram necessária “alguma forma de normatização para salvaguardar a autonomia de procedimentos”. Em sua leitura, aliás, é a partir dessa ação regulatória que esses profissionais podem afirmar/reconhecer/legitimar o seu trabalho. Ou seja, a tensão apontada pelos autores ocorre, basicamente, em duas dimensões: a primeira relativa ao sistema híbrido das mídias legislativas, que combina práticas e critérios clássicos da profissão com atividades e conteúdos de comunicação institucional, gerando possíveis conflitos com a maneira própria de cada jornalista “saber” e “fazer” o seu trabalho; e a outra, a tensão referente à ameaça a autonomia de um espaço social delimitado, o que provoca disputas entre os agentes do campo, revelada na crítica e na resistência da grande imprensa às mídias legislativas.

### **Poder Legislativo e mídia comercial: outras tensões**

Na segunda parte da obra, a atenção se volta à imagem da Poder Legislativo na cobertura da mídia comercial. Aqui, os textos mobilizam um eixo teórico que se relaciona com as particularidades da produção noticiosa. Dentro das grandes empresas de notícias, o profissional desenvolve seu trabalho de acordo com um esquema pragmático de ações. Há forças atuantes no âmbito produtivo que balizam o tipo de cobertura realizada. O público, em geral, desconhece esse processo.

Noleto Filho (2015, p. 145), em “Políticos e jornalistas na ilusão da opinião pública”, destaca que os campos político e jornalístico “cultivam imagens

bilaterais de cunho negativo, fruto de incompreensões e desconhecimento mútuo”. Ele realizou extensa pesquisa a respeito dessa relação conflituosa, entrevistando 102 deputados federais, em 2003, na intenção de compreender como eles percebem o trabalho da imprensa e a maneira como são projetados frente à opinião pública. Como resultado, verificou que a leitura dos parlamentares em relação ao papel da mídia é de forte descrédito, o que tem origem numa série de razões, categorizadas pelo autor e esmiuçadas ao longo de seu texto. Questões como as implicações comerciais da mídia, a suposta incompetência em cobrir o congresso ou a preferência por fatos negativos são algumas das manifestações que pululam nas falas dos próprios deputados quando indagados a respeito da imagem pública da Câmara. É interessante notar como não lhes foi perguntado sobre a cobertura da imprensa propriamente, mas, sim, quanto a imagem da câmara perante a sociedade, o que revela que, para os parlamentares, há uma vinculação evidente entre a “construção social dessa imagem (negativa) e a representação que a mídia produz” (p. 123).

Noleto Filho abre seu texto apresentando, por exemplo, os dados de uma “pesquisa de opinião” realizada pela revista *Veja* a respeito do que os brasileiros pensam dos políticos, e enfatiza que a reportagem publicada pela semanal, com os resultados de tal inquérito, sequer se preocupou em cumprir o rito do “vamos ouvir o outro lado”, um dos mais básicos preceitos éticos do jornalismo. Segundo o autor, é por meio de truques de edição, dados estatísticos e comentários de fontes autorizadas que se constrói o que Champagne (1998, p. 83) definiu como uma “ilusão bem fundamentada” (*apud* Noleto Filho, 2015, p. 122), isto é, um imaginário social delineado por estereótipos e lugares comuns, quadro que corrobora a desconfiança da classe política quanto à cobertura da imprensa. Todavia, ao criticarem a mídia informativa, pontua Noleto Filho (2015, p. 146), os deputados tendem a se colocar no papel de vítimas dos meios de comunicação, quando, na

verdade, deveriam propor soluções para problemas político-institucionais. Ou seja, como dito inicialmente, no fundo, trata-se de um contexto de incompreensão e desconhecimento mútuo.

Em “Mídia das fontes e mídia privada: a utilização do conteúdo da Agência Senado por sites noticiosos”, Borges (2015, p. 155) retoma a discussão a respeito do jornalismo político feito pela grande imprensa, destacando que a “homogeneização” desta cobertura também se deve ao fato de grandes veículos serem empresas de comunicação privadas, que ao desempenharem suas atividades, “não observam a multiplicidade de interesses presente no Parlamento, já que dependem de relações político-econômicas com determinados setores”. Em contrapartida, diz a autora, as mídias das fontes oferecem à sociedade condições mais efetivas para o exercício da cidadania, ao passo que, em tese, respeitam a multiplicidade de interesses existentes no Senado. Ainda segundo Borges, no período de sua análise, a agência mencionada no título do capítulo se pautou em critérios como “transparência, imparcialidade e liberdade de expressão para elaborar seu conteúdo”, e que, por isso, pôde fornecer aos cidadãos uma alternativa para se informar “sem a intermediação da imprensa privada, pautada, muitas vezes, em interesses particulares” (Borges, 2015, p. 166).

Rehbein (2015, p. 172), no capítulo “Noticiário político: um diagnóstico da cobertura pela mídia impressa”, também volta a atenção às rotinas de produção noticiosa. De acordo com a autora, para entender os resultados das imagens projetadas na sociedade, ou melhor, a relação entre jornalismo e política expressa por meio da cobertura feita pela imprensa, é preciso lançar um olhar para o “modus operandi” desta produção, “a rotina jornalística na qual o processo de decisão do que é notícia e como ela será dada está inserido”. Em sua análise das dimensões do *newsmaking*, surgem igualmente questionamentos a respeito do teor comercial da mídia ou a propensão da cobertura a temas de

cunho negativo (conflitos, fofocas, etc.), bem como os efeitos disso para a sociedade.

A esse respeito, é preciso observar que, mesmo antes do século XIX, o jornalismo já era tido como um negócio, e as notícias, uma mercadoria. Ciro Marcondes Filho (1989, p. 41) assinala que, por conta disso, em geral elas são apresentadas de forma fragmentada, fora de contexto, tratadas, cada vez mais, como um produto inserido numa lógica de mercado. Opera-se, nesse caso, a desvinculação “de seu fundo histórico-social, e, como um dado solto, independente, ela é colocada no mercado de informação”. Bourdieu (1997), por sua vez, é enfático ao afirmar que essa informação asséptica, sem profundidade, não tem o objetivo de orientar ou produzir qualquer tipo de debate na sociedade. Para além disso, há, ainda, as forças já referidas que atuam no processo de produção, como a pressão do tempo ou constrangimentos dos mais diversos aos quais o profissional está submetido.

Como resultado, Rehbein (2015, p. 187) afirma que poucos temas são os privilegiados dentro da esfera política, dando ao leitor uma visão muito restrita do que deve ser priorizado deste universo ou, além disso, “uma visão de que a realidade da política nacional refere-se basicamente ao material selecionado continuamente”, o que, sem dúvida, continua a autora, “não contribui para a formação mais ampla da opinião” – embora, é importante salientar, tenha sua parcela de importância para o esclarecimento. A autora discute, também, fatos como os poderes Executivo e Legislativo serem apresentados de maneira desproporcional ou como a escolha das fontes não fomenta um debate aberto de ideias entre as vozes.

Em suas conclusões, Rehbein se questiona como esta imprensa pode, então, representar a sociedade como um todo, favorecendo de fato a democracia. A autora sugere que a participação de outros agentes na cobertura noticiosa sinaliza um possível caminho. Contudo, como dito anteriormente, nas mídias legislativas, critérios como “transparência”

ou “liberdade” não estão completamente postos. O trabalho desses profissionais é permeado por conflitos diversos. Como sintetiza Guazina (2015, p. 192), no último capítulo da coletânea – intitulada “Campos em disputa: jornalismo versus política na abordagem do ‘Jornal Nacional’ sobre o escândalo do mensalão” –, estamos tratando de campos em disputa, “instâncias autônomas de conhecimento sobre o mundo, ainda que estejam, cada vez mais, em constante interação”. Suas considerações fazem eco ao que, antes, disse Luis Felipe Miguel (2002, p. 116): trata-se de uma “simbiose tensionada”, o que complexifica a leitura do fenômeno.

## Permanências e mudanças nos valores do jornalismo

Antes de concluirmos, é preciso reforçar o caráter histórico da constituição do campo jornalístico e da definição de seus valores, pois, assim, nos distanciamos de uma postura essencialista que avalia a profissão como uma atividade portadora de uma natureza imutável. Os valores identitários aos quais nos referimos previamente não são atributos solidificados, mas uma espécie de acordo que é continuamente reconstruído dentro e fora do grupo. Na nossa leitura, atualmente, esses pontos de tensão, de borrar de fronteiras e de surgimento de um novo profissional é que estão mais evidentes – as mídias legislativas ilustram nossa percepção. Bernardo Kucinski (2005, p. 24), por exemplo, fala sobre o “vazio ético” do jornalismo contemporâneo, argumentado que vivemos numa época de desabamentos de códigos constituídos, em que cada indivíduo tem “a faculdade de decidir sua própria conduta, cultivar seus próprios valores”. A palavra “flexibilização”, tão recorrente na literatura da sociologia do trabalho, é chave para compreendermos esta conjuntura. Há uma exigência por plasticidade. Flexibilizam-se as relações contratuais, as funções exercidas no ambiente laboral, a própria noção de jornalismo e de perfil deste profissional.

Por tudo isso, o livro acerta em cheio em trazer um tópico “quente”, de pertinência clara, e apresentá-lo por meio de enfoques diversos, mas que se complementam, explorando o tema de maneira ampla e elucidativa. A iniciativa de sistematizar um estudo tão abrangente sobre um assunto carente de referências torna a leitura obrigatória. Como pontua Adghirni (2015, p. 11), por mais que as pesquisas sejam datadas, este fato não diminui o interesse científico das investigações realizadas, ao contrário, instigam o surgimento de trabalhos que possam atualizar seus resultados. Ao fim da leitura, algumas perguntas são inevitáveis: será que as mídias legislativas que, em tese, surgem com o intuito de aproximar a esfera política da sociedade, promovendo o esclarecimento e a cidadania, estão de fato atingindo seu objetivo? Dentre acordos e constrangimentos, estão os jornalistas conseguindo realizar seu trabalho em sintonia com os valores que por via de regra defendem? Essas mídias, que têm como princípio norteador a transparência, mais revelam ou ocultam informações? São caminhos que podem ser desdobrados em pesquisas futuras. Por ora, em tempos de aguda crise política, de representatividade enfraquecida, a obra é bastante feliz em pesquisar o objeto, pois lançar luz sobre as mídias legislativas parece de suma importância para melhor compreendermos o momento em que vivemos.

## Referências

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 7-11.
- BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; MACEDO, Sílvia Mugnatto. Comunicação e política nas rádios legislativas: a *Rádio Senado* e a *Rádio Câmara*. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 92-113.

BERNARDES, Cristiane Brum. A configuração da identidade profissional dos jornalistas da Câmara dos Deputados. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 61-89.

BORGES, Iara Farias. Mídia das fontes e mídia privada: a utilização do conteúdo da Agência Senado por sites noticiosos. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 151-167.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GONÇALVES, Rogério Mozart Dy La Fuente. Gênese e perfil do jornalista legislativo. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 37-59.

GUAZINA, Liziane. Campos em disputa: jornalismo versus política na abordagem do "Jornal Nacional" sobre o escândalo do mensalão. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 191-204.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Unesp, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MATOS, Heloiza. Alternativas ao papel mediador do jornalismo e o Poder Legislativo. In: ADGHIRNI, Zélia

Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 21-36.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. Políticos e jornalistas na ilusão da opinião pública. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 117-149.

REHBEIN, Malena. Noticiário político: um diagnóstico da cobertura pela mídia impressa. In: ADGHIRNI, Zélia Leal. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. Curitiba: Appris, 2015. p. 169-189.

SANT'ANNA, Francisco. Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, Covilhã, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

**Antenor Ferreira Mendes Neto** - Mestre em Jornalismo pelo FIAM-FAAM – Centro Universitário, em São Paulo (SP), mesma instituição na qual se formou jornalista. Pesquisador do grupo "Jornalismo, Mercado de Trabalho e Novas Linguagens", registrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **E-mail**: nokss@live.jp